Demonstrações Contábeis

MOVIMENTO PIMPADORES

31 de dezembro de 2020 e 2019

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar Conj. 108/109 - Alphaville

L 11 3661-9933

saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

ecife

Porto Alegre

✓ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeir

▼ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

- /audisa.consultores
- @grupoaudisa
- in /company/grupoaudisa
- **PORTALAUDISA.COM.BR**

27/07/2021

Aos conselheiros (as) e administradores (as) do

MOVIMENTO PIMPADORES

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado (a) Senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.ª. o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 do MOVIMENTO PIMPADORES.

Atenciosamente,

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

ão Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar Conj. 108/109 - Alphaville

L 11 3661-9933

saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

Porto Alegre

✓ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

▼ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

- /audisa.consultores
- @grupoaudisa
- in /company/grupoaudisa
- **⊕ PORTALAUDISA.COM.BR**

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO, Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/A75DB-A9C62-A6E03-E76C3

MOVIMENTO PIMPADORES

31 de dezembro de 2020 e 2019

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente	4-6
-----------------------------------	-----

Anexos:

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

NOSSOS ESCRITÓRIOS

ão Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar Conj. 108/109 - Alphaville

L 11 3661-9933

saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

ecife

Porto Alegre

✓ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

▼ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

- (f) /audisa.consultores
- @grupoaudisa
- in /company/grupoaudisa
- **⊕ PORTALAUDISA.COM.BR**

MOVIMENTO PIMPADORES

CNPJ: 25.340.645/0001-02

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **MOVIMENTO PIMPADORES** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar Conj. 108/109 - Alphaville

L 11 3661-9933

saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

ecife

✓ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✓ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

▼ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

- /audisa.consultores
- @arupoaudisa
- in /company/grupoaudisa
- PORTALAUDISA.COM.BR

administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

NOSSOS ESCRITÓRIOS

Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar Conj. 108/109 - Alphaville

11 3661-9933

saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

portoalegre@grupoaudisa.com.br

▼ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS /audisa.consultores

@ @arupogudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 27 de julho de 2021

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento Contador CRC/SP 187.003/ O- 0 CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar Conj. 108/109 - Alphaville

L 11 3661-9933

saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

ecife

▼ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

■ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

▼ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

- /audisa.consultores
- @arupogudisa
- in /company/grupoaudisa
- ⊕ PORTALAUDISA.COM.BR





ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO (14782348819) Data: 7/27/2021 2:21:23 PM -03:00





VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: A75DB-A9C62-A6E03-E76C3

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

https://fenacondoc.com.br/valida-documento/A75DB-A9C62-A6E03-E76C3

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



Movimento dos Pimpadores Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa		5.747	6.229
Bancos Conta Movimento		136.850	486.767
Aplicações Financeiras		629.706	413.214
	5	772.303	906.210
Contas a receber	6	594.032	149.100
Projetos a receber	7	251.278	48.278
Outros ativos		5.731	5.731
Total circulante		1.623.344	1.109.319
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	296.241	296.241
Imobilizado	8	8.715	11.377
Total não circulante		304.956	307.618
Total do ativo		1.928.300	1.416.937

Movimento dos Pimpadores Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Tributos a recolher		22.550	29.345
Serviços a prestar	9	-	82.812
Total não circulante		22.550	112.157
Patrimônio líquido social			
Patrimônio social		1.304.780	94.095
Superávit		600.970	1.210.685
		1.905.750	1.304.780
Total do passivo e do patrimônio social		1.928.300	1.416.937

Movimento dos Pimpadores Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receitas das atividades assistenciais			
Serviços Prestados		1.032.876	1.558.995
Doações		1.410.579	977.836
Total das receitas das atividades assistenciais	10	2.443.455	2.536.831
Custos das atividades assistenciais	-		
Execução de projetos	_	(1.100.532)	(598.813)
Total dos custos das atividades sociais		(1.100.532)	(598.813)
Resultado bruto	-	1.342.923	1.938.018
Despesas das atividades assistenciais			
Gerais e administrativas		(1.117.481)	(640.254)
Outras receitas (despesas), líquidas		376.201	(48.529)
Total das despesas assistenciais	-	(741.280)	(688.529)
Resultado operacional	-	601.643	1.249.235
Receitas financeiras		19.084	12.819
Despesas financeiras		(19.757)	(51.369)
Resultado financeiro, líquido	-	(673)	(38.550)
Superávit do exercício	-	600.970	1.210.685

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 1º de janeiro de 2019	Patrimônio social 31.719	Superávit (Déficit) (186.061)	Total (154.342)
Transferência do superávit	(186.061)	186.061	-
Ajustes no superávit	248.437	-	248.437
Déficit do exercício		1.210.685	1.210.685
Saldo em 31 de dezembro de 2019	94.095	1.210.685	1.304.780
Transferência do déficit	1.210.685	(1.210.685)	-
Superávit do exercício	-	600.970	600.970
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.304.780	600.970	1.905.750

Movimento dos Pimpadores Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) Superávit do exercício		600.970	1.210.685
Ajustes:			
Depreciação		2.662	1.270
(Déficit) Superávit ajustado		603.632	1.211.955
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(444.932)	(121.369)
Projetos a receber		(203.000)	132.405
Outros ativos		-	(5.730)
Contas a pagar		-	(19.893)
Tributos a recolher		(6.795)	28.522
Serviços a prestar		(82.812)	(579.688)
Efeito de ajustes no patrimônio social			248.437
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(133.907)	894.639
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos imobilizados e intangível			(11.392)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(11.392)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(133.907)	883.247
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	1.202.451	319.204
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5	1.068.544	1.202.451
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	:	(133.907)	883.247

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Movimento dos Pimpadores é uma entidade de direito privado constituída em 29 de junho de 2016, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, à Rua Simão Álvares, 784, Vila Madalena, 05417-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 25.340.645/0001-02, constituída sob a forma de associação, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária nem distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual e gênero, e se rege pelo Estatuto Social e legislação aplicável, tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º:

- a) A realização de ações de assistência social, desenvolvimento e apoio de ações para a defesa, elevação e manutenção do caráter humanitário;
- b) A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, preservação do meio ambiente e de promoção de outros valores universais.
- c) Estimular a cultura do colaborativismo para a transformação social;
- d) Estimular a arte e cultura para o desenvolvimento humano;
- e) A promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

O Movimento dos Pimpadores tem por princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 16 de julho de 2021.

2. Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1) e também considerando os aspectos a serem observados por entidade sem finalidade de lucro, em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Apuração do superávit

A apuração do superávit é efetuada pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros), emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para quais os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber (notas explicativas nos. 2.4 e 2.7).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Entidade não faz uso de instrumentos derivativos.

2.7 Contas e projetos a receber

As contas e projetos a receber correspondem aos valores a receber dos termos de compromissos de patrocínio assinados junto aos patrocinadores feito em contrapartida da conta de serviços a prestar, no passivo circulante. Além de representar também, os saldos dos serviços prestados, cujo recebimento se dará a prazo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de patrocinadores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.8 Estoques

A Entidade não mantêm estoques registrados em seu balanço, levando em consideração a convenção contábil da materialidade. Após a adoção desta prática contábil as novas aquisições e as doações recebidas passaram a ser contabilizadas em despesa. Os controles auxiliares de quantidade foram mantidos pela Entidade.

2.9 Ativos intangíveis

A Entidade não possui ativos intangíveis registrados em seu balanço.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens ou uma avaliação pelo valor de mercado, quando recebidos em doação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável e reconhecida no resultado usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.12 Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial, acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a fundação da Entidade.

2.13 Apuração do resultado do exercício

2.13.1 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a Entidade possui ou do recebimento de doações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

2.13.2 Serviços a prestar

Os serviços a prestar correspondem à contrapartida das contas a receber que foram registrados a partir dos termos de compromisso de patrocínio à Entidade assinados junto aos patrocinadores. As receitas de serviços são levadas ao resultado à medida que os serviços são prestados.

Os contratos firmados entre os patrocinadores e a Entidade têm como principal objetivo o investimento social privado, nos quais os recursos doados devem ser utilizados na prestação de serviços sociais pela Entidade. Se o prazo da prestação de serviços é equivalente a um ano ou menos, os serviços a prestar são classificados no passivo circulante. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.13.3 Receitas operacionais

As receitas operacionais são classificadas entre receita com restrição, as quais são vinculadas a projetos e receita sem restrição, sem vinculação a projetos.

- Patrocínio compreendem as doações para projetos específicos, previsto em contrato. A Entidade mantém contratos com terceiros.
- Recursos próprios compreendem as doações de pessoa física e jurídica não vinculada a projetos.

2.14 Tributos

2.14.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo decreto no. 3000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14.2 Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei no. 9.532/97.

2.14.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis no. 9.718/98 e no. 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento delas sobre suas demais receitas.

A administração entende que, não há incidência sobre receitas de vendas de artesanatos. Como forma de suportar essa posição, está solicitando junto aos assessores jurídicos da Entidade, um estudo com emissão de parecer sobre a incidência dessa e das demais receitas.

2.15 Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente total. Dessa forma, o resultado abrangente está sendo apresentada dentro das mutações do patrimônio líquido.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez. A Entidade não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

3.1.1 Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos técnicos

4.1 Novos pronunciamentos técnicos adotados

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração efetuou sua adoção conforme mencionado abaixo e não identificou impactos relevantes.

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substitui o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Entidade tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Administração adotou essa nova norma e não identificou efeito relevante, em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações do IFRS 9 foram os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas" com base no histórico de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Entidade.

A Administração adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data de adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Entidade, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco significativo de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco significativo de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicado somente as classificações dos ativos financeiros nas categorias previstas.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidos na data em que a operação é negociada e baixados quando os fluxos de caixa do investimento tenham vencido ou sejam recebidos, desde que todos os riscos e benefícios de sua propriedade lhe sejam transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade em 31 de dezembro de 2019 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Entidade são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pela Entidade mensurados ao valor justo por meio do resultado correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no resultado financeiro, por opção da Entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	2020	2019
Circulante		
Caixa	5.747	6.229
Bancos conta movimento	136.850	486.767
Aplicações financeiras	629.706	413.214
	772.303	906.210
Não circulante		
Aplicações financeiras	296.241	296.241
	296.241	296.241
	1.068.544	1.202.451

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras da Entidade eram em títulos de renda fixa de curto prazo (Certificado de Depósitos Bancários – CDB), em Instituições Financeiras classificadas como de primeira linha.

6. Contas a receber

	2020	2019
Contribuições a receber – Pessoa jurídica	594.032	149.100
	594.032	149.100

7. Projetos a receber

	2020	2019
OAK Foundation		
Cataki	-	-
Institucional	-	-
Parede Viva	251.278	48.278
	251.278	48.278

As contas a receber registradas, correspondem às contribuições de instituições e outras pessoas jurídicas, sendo liquidada com bases contratuais. Os contratos foram registrados de acordo com os termos da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Fins Lucrativos. Os contratos de patrocínio são válidos por 12 meses, em média, sendo renováveis, caso exista interesse de ambas as partes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

			2020	2019	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais %
Computadores e periféricos	1.474	(754)	720	988	20
Móveis e utensílios	11.392	(3.397)	7.995	10.389	10
	12.866	(4.151)	8.715	11.377	

Movimentação do ativo imobilizado:

	2020
Saldo inicial	11.377
Adições	-
(-) Baixas	-
Depreciação	(2.662)
Saldo final	8.715

Os itens registrados no imobilizado foram doados por pessoas jurídicas, registrados pelo valor de mercado da época da doação, cuja contrapartida foi registrada no resultado, na rubrica de doações de pessoas físicas e jurídicas ou adquiridos normalmente, conforme a necessidade.

9. Serviços a prestar - por projeto

	2020	2019
OAK/ Institucional	-	82.812
	-	82.812

Os serviços a prestar representam as obrigações que a Entidade possui na realização dos respectivos projetos em função dos recursos financeiros (parciais ou totais) já recebidos. A baixa do passivo ocorre mensalmente tendo como contrapartida a conta de receita de projetos na proporção em que são empregados os recursos recebidos na execução dos projetos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receitas das atividades assistenciais

	2020	2019
Serviços Prestados		
Serviços Prestados	1.032.876	1.558.995
Total receitas com serviços prestados	1.032.876	1.558.995
Doações		
Pessoas Físicas	8.577	278
Pessoas Jurídicas	1.319.539	895.463
Outras	82.463	82.095
Total receitas com doação	1.410.579	977.836
Total das receitas das atividades assistenciais	2.443.455	2.536.831

A Entidade optou por apresentar suas receitas de atividades sociais em uma nota explicativa própria. Não houve mudança de prática contábil no reconhecimento das receitas, desde a implantação desta metodologia.

11. Seguros

O Movimento dos Pimpadores possui seguros contra incêndio e danos contra o patrimônio.

***__**